

João Paulo Barbosa da Costa, segundo-secretário de embaixada do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal diplomático — despacho ministerial de 28 de Junho de 2005 colocando-o na Delegação Permanente de Portugal junto do Tratado do Atlântico Norte (DELNATO), em Bruxelas.

Paula Maria Vale Cardoso Vicente, segunda-secretária de embaixada do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal diplomático — despacho conjunto de 6 de Julho de 2005 colocando-a na Embaixada de Portugal em Berna.

Márcia Suzele Gomes de Almeida, segunda-secretária de embaixada do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal diplomático — despacho conjunto de 6 de Julho de 2005 colocando-a na Embaixada de Portugal na Haia.

Ana Cláudia Álvares de Lemos Monteiro, segunda-secretária de embaixada do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal diplomático — despacho conjunto de 6 de Julho de 2005 colocando-a na Embaixada de Portugal em Bratislava.

Maria da Graça Costa Macedo, segunda-secretária de embaixada do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal diplomático — despacho conjunto de 6 de Julho de 2005 colocando-a na Embaixada de Portugal em Sófia.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Julho de 2005. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

Aviso n.º 6941/2005 (2.ª série):

José Manuel Bulhão Martins, ministro plenipotenciário de 1.ª classe do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático — despacho conjunto de 15 de Junho de 2005 nomeando-o cônsul-geral de Portugal em Sevilha.

António Luís Peixoto Cotrim, conselheiro de embaixada do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, a exercer funções na Embaixada de Portugal em Brasília — despacho conjunto de 15 de Junho de 2005 cessando-o das referidas funções e colocando-o em comissão de serviço na missão permanente de Portugal junto da Organização para a Educação, Ciências e Cultura (UNESCO), em Paris.

João José Cabral de Albuquerque Corte-Real, conselheiro de embaixada do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, a exercer o cargo de cônsul-geral de Portugal em Sevilha — despacho conjunto de 15 de Junho de 2005 exonerando-o das referidas funções e transferindo-o para os serviços internos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

António Manuel Coelho da Costa Moura, conselheiro de embaixada do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático — despacho conjunto de 15 de Junho de 2005 colocando-o na Embaixada de Portugal em Paris.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Julho de 2005. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

Despacho (extracto) n.º 16 209/2005 (2.ª série):

Ana Paula Baptista Grade Zacarias, ministra plenipotenciária de 2.ª classe do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, a exercer na Missão Permanente de Portugal junto da Organização para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em Paris — despacho ministerial de 1 de Junho de 2005 exonerando-a das referidas funções e transferindo-a para os serviços internos do Ministério dos Negócios Estrangeiros. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Julho de 2005. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Despacho conjunto n.º 493/2005. — Nos termos conjugados da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 89.º e do n.º 1 do artigo 92.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, é concedida a Maria João Morgado Gonçalves Marques dos Santos, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Assuntos Europeus e Relações Internacionais, licença sem vencimento para o exercício de funções em organismo internacional, na Comissão Europeia, com efeitos a partir de 1 de Março de 2005.

5 de Julho de 2005. — Pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *João Titterington Gomes Cravinho*, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha*.

MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA DEFESA NACIONAL

Despacho conjunto n.º 494/2005. — De acordo com as recomendações do Relatório Braimi sobre Operações de Paz, foram criados 19 novos cargos para militares e civis no Departamento de Operações de Apoio à Paz (DPKO) das Nações Unidas.

Oportunamente, foi dirigido à Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas o convite para apresentação de candidaturas, civis e militares, para o referido Departamento, junto do Secretariado das Nações Unidas, à ocupação dos referidos cargos por um período inicial de um ano.

Reconhecendo o interesse nacional em dotar a estrutura do DPKO com militares portugueses, foram nomeados do antecedente dois oficiais do Exército para os cargos de *peacekeeping affairs officer* e de *planning officer*.

Posteriormente, surgiu, em termos semelhantes, a possibilidade de colocação no DPKO de outro militar português.

O exercício destas funções, que se revestem de elevada importância na estrutura da componente militar do DPKO, decorre, por outro lado, da activa satisfação dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português, que tem vindo a ser um dos principais contribuintes com forças militares para operações de paz.

Assim:

1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 38.º e 145.º do Estatutos dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, é nomeado, em comissão normal, para desempenhar funções de *peacekeeping affairs officer* no Currente Military Operations Service, no DPKO da Organização das Nações Unidas, o coronel de artilharia NIM 03246380, Luís Alberto Meneres Sancho.

2 — O pagamento dos vencimentos, abonos e subsídios e demais encargos e benefícios correspondentes ao cargo que o nomeado vai exercer é suportado pela Organização das Nações Unidas, segundo as condições estabelecidas no respectivo procedimento de admissão.

3 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 12 de Julho e tem a duração de dois anos, prorrogáveis.

8 de Julho de 2005. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 16 210/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º, 36.º e 37.º do Código do Procedimento Administrativo, e tendo em conta o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, bem como na Lei n.º 47/2005, de 24 de Fevereiro, delego no Secretário de Estado da Administração Pública, Dr. João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo, as minhas competências relativas a todos os assuntos e à prática de todos os actos respeitantes ao encerramento do Programa Integrado de Formação para a Modernização da Administração Pública (PROFAP), subprograma do Programa de Formação Profissional e Emprego do II Quadro Comunitário de Apoio relativo aos anos de 1994-1999.

Autorizo a subdelegação das competências ora delegadas no gestor da Intervenção Operacional da Administração Pública.

O presente despacho produz efeitos desde esta data.

1 de Julho de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha*.

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

Aviso n.º 6942/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e para efeitos do disposto no n.º 1 do mesmo artigo, e do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, faz-se público o projecto de lista dos candidatos excluídos do concurso interno de acesso para provimento de 16 lugares da categoria de assistente admi-